

Pedagogia em Espaços não Escolares

- 
- Apresentação
 - Educação: perspectiva ampliada
 - Pedagogia para além dos muros da escola
 - Aspectos legais e históricos da educação em espaços não escolares
 - Possibilidades de atuação do pedagogo
 - Palavras finais
 - Referências:

Francine Cordeiro Bobato



Apresentação

Prezado estudante,

Este material foi cuidadosamente pensado e organizado para favorecer o processo de construção e ampliação de conhecimentos sobre a Pedagogia nos Espaços não Escolares, temática proposta na disciplina de Tópicos Especiais II. A escolha desta temática em detrimento de outras igualmente importantes, se deu pela compreensão da importância e necessidade de ser estudada no âmbito da formação de professores.

Para tanto, o material destaca, no primeiro momento, uma reflexão sobre a educação em sua perspectiva ampliada, perpassando a discussão sobre educação informal, formal e não formal, até chegar no debate em torno da educação não escolar. Na sequência, discute-se a pedagogia para além dos muros da escola, contemplando seus aspectos legais e históricos.

A disciplina é um convite ao estudo e reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica para além dos muros da escola. É verdade que ela não esgota a temática, mas possibilita o início do diálogo.

Bom estudo!



Educação: perspectiva ampliada

O termo educação está presente nos discursos cotidianos do homem. Seja de uma perspectiva científica ou de conhecimento de senso comum, alguém sempre tem algo a dizer sobre este tema. Boa parte dos discursos sobre educação não deixam claro sua compreensão sobre ela, tão pouco demonstram entendimento de que a educação, em sentido amplo, não é sinônimo e nem está restrita a educação escolar. Ou seja, a educação escolar é uma, dentre as formas, de educação.

Portanto, a expressão educação, em seu sentido lato, ou seja, quando tomada sem qualquer outra especificação, refere-se ao “[...] fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade” (Libâneo, 2018, p. 78). Isto significa que a educação integra a vida humana em todos os seus aspectos. Nesse sentido,

Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, legais, familiares, escolares), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente (Libâneo, 2018, p. 78).

A partir das considerações do autor, ampliamos nosso olhar a fim de compreender a educação como um fenômeno social presente na vida humana, que ocorre em diferentes espaços e formatos.



É, a partir, desta compreensão ampliada que debatemos os termos/conceitos educação informal, formal e não formal, que são caracterizados por distintos aspectos.

Na perspectiva de Gohn (2006), a educação informal implica na socialização do homem. Desse modo, a autora concebe que a educação informal “[...] socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes e comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequente ou pertence por herança, desde o nascimento” (Gohn, 2006, p. 27).

Figura 1: Refletindo diferentes espaços de educação



Fonte: Blog Hiperespaço de Aprendizagem (Lusanav, 2013).

Assim compreendida, a educação informal se materializa na família, com os amigos, no bairro, na comunidade, enfim, nos espaços cotidianos deste indivíduo. Não há neste uma intencionalidade, pois os processos se dão de maneira espontânea.

De outro lado, a educação formal é concebida como aquela própria do ambiente escolar, ou seja, ela é oficialmente instituída. Assim, a educação formal organiza-se a partir do aparato legal, que inclui a lei geral da educação, suas diretrizes e normativas, estabelecidas por órgãos oficiais, seja no âmbito federal, estadual e/ou municipal. Além disso, na educação formal os conteúdos escolares são definidos e organizados a partir de um currículo oficial, estruturada em níveis e autorizada para emitir diplomação.

Você sabia?

O fato de a educação formal ser própria do ambiente escolar, não significa que todas as experiências que se dão neste espaço são formais.

Para ampliar essa ideia assista ao vídeo: Roda de Conversa - Tema: Espaços não-formais do conhecimento: a escola além da escola - 2/3

 [clique aqui](#)

Este é 2º vídeo de uma série de 3. Se preferir você poderá assistir a série toda.



A educação formal tem como objetivo o ensino e aprendizagem do conhecimento humano produzido historicamente. Em síntese, podemos concluir que:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação (Gadotti, 2005, p.2).

A expressão educação não formal pode, equivocadamente, soar como oposto a educação formal e, portanto, inferior ou até mesmo pouco séria, o que não é verdade. Ocorre que “Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente” (Gadotti, 2005, p.2). Há sim, na educação não formal, intencionalidade. Nesse sentido, Libâneo (2022, p.81-82, acréscimo meu) esclarece que “A educação *não-formal*, por sua vez, seriam aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com ‘certo’ grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas”.

Em seus estudos, Severo (2015, p. 570), explica que a educação não formal “[...] está a serviço da formação das pessoas para a aquisição de saberes e a construção de práticas assinaladas por demandas de aprendizagens para o ócio, para o trabalho, para a participação social etc”. Ou seja, a educação não formal opera com a pluralidade de saberes, que são requisitados pelas demandas de aprendizados da sociedade, demandas estas que se manifestam em seus diversos contextos. Portanto, “Ela se ajusta contextualmente aos espaços e tempos socioeducativos por possuir um caráter flexível que a torna permeável a um amplo espectro de conteúdos e metodologias didáticas” (Severo, 2015, p. 570).



A categorização dos conceitos formal, informal e não formal objetiva situá-las, a partir de suas especificidades, como expressões do fenômeno educacional. Portanto, não são conceitos concorrentes entre si, mas complementares e interrelacionados, localizados em diferentes situações da vida social.

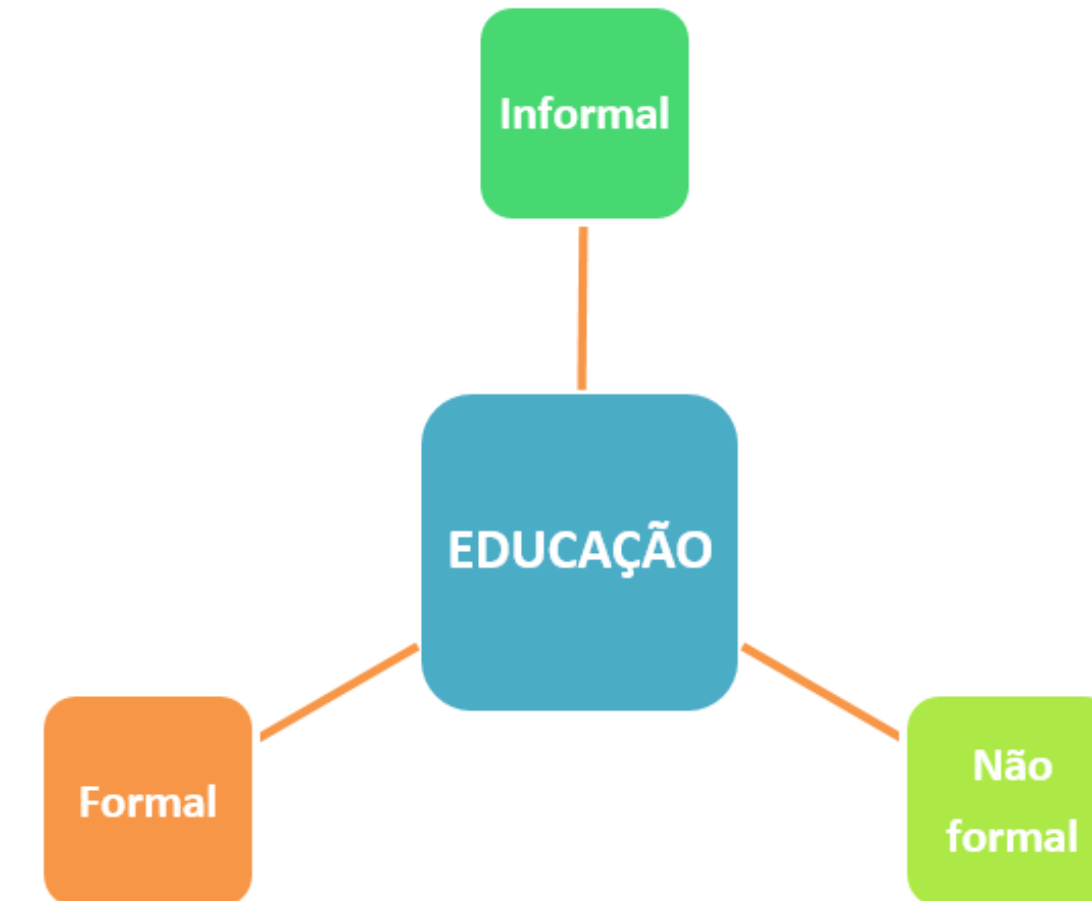
Para saber mais o assunto, leia o texto **Educação não-formal na pedagogia social**, de Maria da Glória Gohn.



Educação não-formal na pedagogia social

Podemos dizer que as dimensões educação formal, informal e não formal, servem para setorizar o fenômeno educativo. Apesar das tentativas de caracterizar tais dimensões, observamos que alguns aspectos podem ser comuns entre elas, o que muitas vezes causa certa confusão e, até mesmo o uso destas dimensões como equivalentes, quando não são.

Numa tentativa de clarificar tais dimensões, é conveniente a adoção da expressão Educação não Escolar (ENE). A ENE “pode ser conceituada como uma categoria temática que engloba práticas consideradas formativas situadas fora da escola” (Severo, 2015, p. 565). A ENE é nesse caso, uma expressão que melhor congrega e define as ações educativas relacionadas e educação informal e não formal.





A partir dos estudos de Severo (2015, 2018) temos que a ENE está situada na realidade concreta que historicamente trouxe a emergência de práticas educativas para além do espaço escolar. Para o autor, a problemática pedagógica da ENE deve ocupar o debate da pedagogia, pois cada vez mais se proliferam processos educativos vinculados a espaços de ensino e aprendizagem diversos. Nessa direção:

Diversas instituições não escolares, porém com **interesses educativos** em sua conjuntura ou com algum tipo de inserção em contextos nos quais as pessoas necessitem **atuar mediante o uso de ferramentas pedagógicas**, têm configurado em sua agenda de trabalho **objetivos e ações** que manifestam, em maior ou menor medida, um **caráter instrutivo, educativo ou pedagógico** (Severo, 2015, p.565, destaques meus).

Estas diversas instituições requisitam ações educativas pautadas em processos e ferramentas pedagógicas. Esta realidade indica que os saberes daqueles que atuam nesses espaços são diferenciados daqueles próprios da escola, ou seja, cada contexto em que se dá a ação educativa possui especificidades de tempos e espaços, bem como dos sujeitos aprendentes e sua relação com o objeto de conhecimento. Logo, não basta simplesmente transpor saberes de um contexto ao outro, por exemplo, a atuação do pedagogo na escola contempla saberes deste profissional que são inerentes ao espaço escolar, já o pedagogo empresarial opera com saberes próprios deste contexto.



Pedagogia para além dos muros da escola

A pedagogia é a ciência da Educação, logo, se dedica, ou deve se dedicar a teoria e prática da Educação em sua perspectiva ampla. Alinhado a esta ideia Libâneo (2022, p. XX), assevera que a pedagogia é “[...] um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”.

Seguindo a mesma proposição, temos que a pedagogia, enquanto ciência da educação “desenvolveu, ao longo de sua história, sistemas teórico-metodológicos com foco nas **práticas educativas em suas diversas dimensões**” (Severo, 2015, p.2015, destaque meu).

Conforme a acepção de Libâneo (2022) e Severo (2015) identificamos que o debate sobre a pedagogia é amplo, plurifacetado, contemplando a ação educativa em todos os contextos em que elas ocorrem. Contudo, a pedagogia é mais conhecida por sua ocupação com a educação escolar, que como dito anteriormente, se constitui como um dos contextos da educação.

Esta íntima relação se justifica por sua própria tradição da educação escolar e, em geral os cursos de pedagogia, organizam seus projetos e currículos do curso centrados na educação escolar. São poucas, as experiências curriculares que incluem o debate da educação em espaços não escolares. Porém, é fundamental situá-la como terreno fértil para o campo da pedagógica, tanto em termos de estudo e produção teórica, como espaço de atuação crítica e sistematizada.



A pedagogia é um campo que compreende os aspectos inerentes da ação educativa e os contextos dela. Isto é, os sujeitos do processo formativo (de aprendizagem e socialização); os agentes formativos; as situações concretas deste processo, o saber/conhecimento, produzidos pela humanidade, como objeto de transmissão e assimilação; o contexto socioinstitucional dos espaços formativos (Libâneo, 2022).

Nesse sentido, a pedagogia é a área, por excelência, capaz de ocupar-se da problemática da ação educativa, orientando e determinando seus princípios e formas de atuação. Em síntese:

Quadro 1: Pedagogia e Educação

A Pedagogia é	A educação é
O campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana.	O conjunto das ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto das relações entre grupos e classes sociais. É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano”.

Fonte: Organizado pela autora a partir Libâneo (2022).



Aspectos legais e históricos da educação em espaços não escolares

A contemporaneidade implicou em transformações políticas, econômicas, sociais e culturais sob a égide dos avanços tecnológicos, da reestruturação dos modos de produção e as novas relações do trabalho no sistema capitalista. Tais transformações são nominadas de globalização, cujo termo, assentado na ideologia neoliberal, “[...] sugere a ideia de movimentação intensa, ou seja, de que as pessoas estão em meio a um acelerado processo de integração e de reestruturação capitalista” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2011, p. 51).

O processo de globalização e ascensão da ciência e das tecnologias sugerem que a sociedade atual assumiu as feições que a caracterizam como sociedade do conhecimento, da informação e tecnológica.

Figura 2: Sociedade interconectada



Fonte: Site Sabedoria Política, 2019.



Esta realidade do mundo contemporâneo ampliou os espaços de aprendizagem, uma vez que o “[...] conhecimento, o saber e a ciência assumem um papel muito mais destacado que anteriormente. [...], as pessoas aprendem na fábrica, na televisão, na rua, nos centros de informação, nos vídeos e no computador”, nos smartphones e tablets, “e, cada vez mais se ampliam os espaços de aprendizagem” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2011, p. 52).

Figura 3: Ampliação dos espaços de aprendizagem



Fonte: Blog Educação e Mídia, Gazeta do Povo, 2017.

Com a ampliação dos espaços de aprendizagens, a escola deixa de ser considerada como único contexto de socialização do conhecimento. A educação escolar é sem dúvidas, a instituição pedagógica mais importante que a sociedade criou e, por isso é histórica, estando ela, suscetível às mudanças da sociedade (Bernet *et al.*, 1993). Desse modo, é possível que um dia esta instituição, como a conhecemos, seja superada, contudo, a educação e a prática educativa seguirão existindo, pois são inerentes a vida social humana.

Assim, ampliam-se as fronteiras dos espaços e tempos de aprendizagens, bem como as práticas formativas. Desta emergência decorrem os conceitos, já debatidos nas seções anteriores, de educação formal, informal e não formal, bem como da educação em espaços não escolares.



As práticas educativas relacionadas ao conceito de educação não formal se efetivaram, antes mesmo, de que, tais conceitos se tornassem conhecidos. Contudo, sua popularização data do ano de 1967, por ocasião da Conferência Internacional sobre a Crise Mundial da Educação, que teve como base de discussão o documento de trabalho conduzido pelo diretor do Instituto Internacional de Planejamento da Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Philip H. Coombs (Bernet *et al.*, 1993). Tal documento deu origem a sua obra *The World Educational Crisis*, em que ao autor “apresenta a educação não formal como possível aliada para combater a incapacidade de atender às demandas sociais pelos sistemas formais de ensino” (Catini, 2021, p. 9).

No caso brasileiro, Carlos Rodrigues Brandão (1981) denuncia que a educação não formal tenha sido uma criação do Estado, regido pelo governo militar, para solapar a educação popular. Conforme Catini (2021, p.9), tanto a literatura nacional quanto a internacional, estabelecem “relação entre o surgimento da educação não formal e a ação de organismos internacionais”.

Outro momento que atesta o interesse das organizações internacionais pela educação não formal é no relatório Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI da UNESCO, organizado por Jacques Dellors, editado pela primeira vez no Brasil, em 1997. Preocupado com o futuro o relatório imputa a educação a responsabilidade de resolução das mazelas da humanidade.



Para tanto, o relatório “[...] propõe uma educação capaz de despertar um espírito novo sustentado em quatro pilares considerados bases da educação: aprender a viver junto, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser” (Cerqueira; Gonzalez, 2016, p.379).

De outro lado, para os educadores engajados com a inclusão social, a educação não formal se constitui como importante aliada para oportunizar “a aprendizagem para aqueles que não conseguiram aprender na educação formal” (Cerqueira; Gonzalez, 2016, p. 379).

A educação não formal tornou-se um campo de disputas com interesses antagônicos. Por ser um campo ainda em construção, carece de pesquisa e maior detalhamento de sua dimensão teórica e conceitual. Na década de 1990, com a instauração da ideologia neoliberal e a Reforma do Estado brasileiro, este tem sua função reduzida enquanto provedor dos direitos sociais, como a educação e a saúde, emergem organizações autônomas que passam a se relacionar com o Estado por meio de contratos e parcerias com participação direta no orçamento público. Assim, se consolida o terceiro setor, que se ocupa das questões sociais, e dentro do qual se dão, também, as parcerias público-privadas.



Quadro 2: Breve histórico da Educação Não Formal

1930 a 1960	Tendência a um centralismo estatal. Educação Não Formal promovida por meio dos sindicatos corporativistas vinculados ao Estado.
1960 e o final dos anos 1980	Surgem as ações civis pela luta democrática e por melhorias sociais. Terceito Setor atuando com Educação Não Formal para a cidadania.
O redesenho mundial da década de 1980 (altas taxas de desemprego, índices de violência elevados e retração nos direitos dos trabalhadores)	Globalização impõe normas e desafios que sobrecarregam os chamados “países em desenvolvimento”. O Estado passa a não atender às necessidades dos cidadãos no que tange à saúde, à educação, à moradia e à assistência social. A recessão da década de 1980 traz consequências terríveis para a África, a Ásia e a América Latina, impulsionando o florescimento das ONGs. Na Europa- a crise do socialismo.
Na década de 1990	Democratização acompanhada de uma forte crise econômica que, aliada ao discurso neoliberal, estimula a sociedade civil a buscar saídas para as profundas desigualdades de nosso país. As ONGs da América Latina vivem a mais grave crise econômico- financeira até então, o que as leva a reengenharias internas e externas a fim de sobreviver. A necessidade de qualificação profissional se torna imprescindível, e essas entidades – que, por serem não governamentais, muitas vezes desprezam ou negam o Estado – passam a buscar parcerias para implementar suas políticas. Educação Não Formal atuando para qualificação profissional.

Fonte: Elaborado por Cerqueira e Gonzales (2016, p. 390).



Importa destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394 de 1996, reconhece os espaços de educação para além das instituições escolares. No caso, da formação do pedagogo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, dadas pela Resolução do CNE/CP n. 01 de 2006, preconiza os espaços não escolares como campo de atuação do pedagogo, ainda que de forma tímida e pouco expressiva.

Desse modo, ainda que fomentada por interesses de organismos internacionais, assumidos pelo terceiro setor, o fato é que a educação não formal se constitui como um espaço que deve ser ocupado por profissionais preocupados com a formação humana dos indivíduos. Desta atuação consciente e organizada decorrem práticas pedagógicas intencionais e sistematizadas.



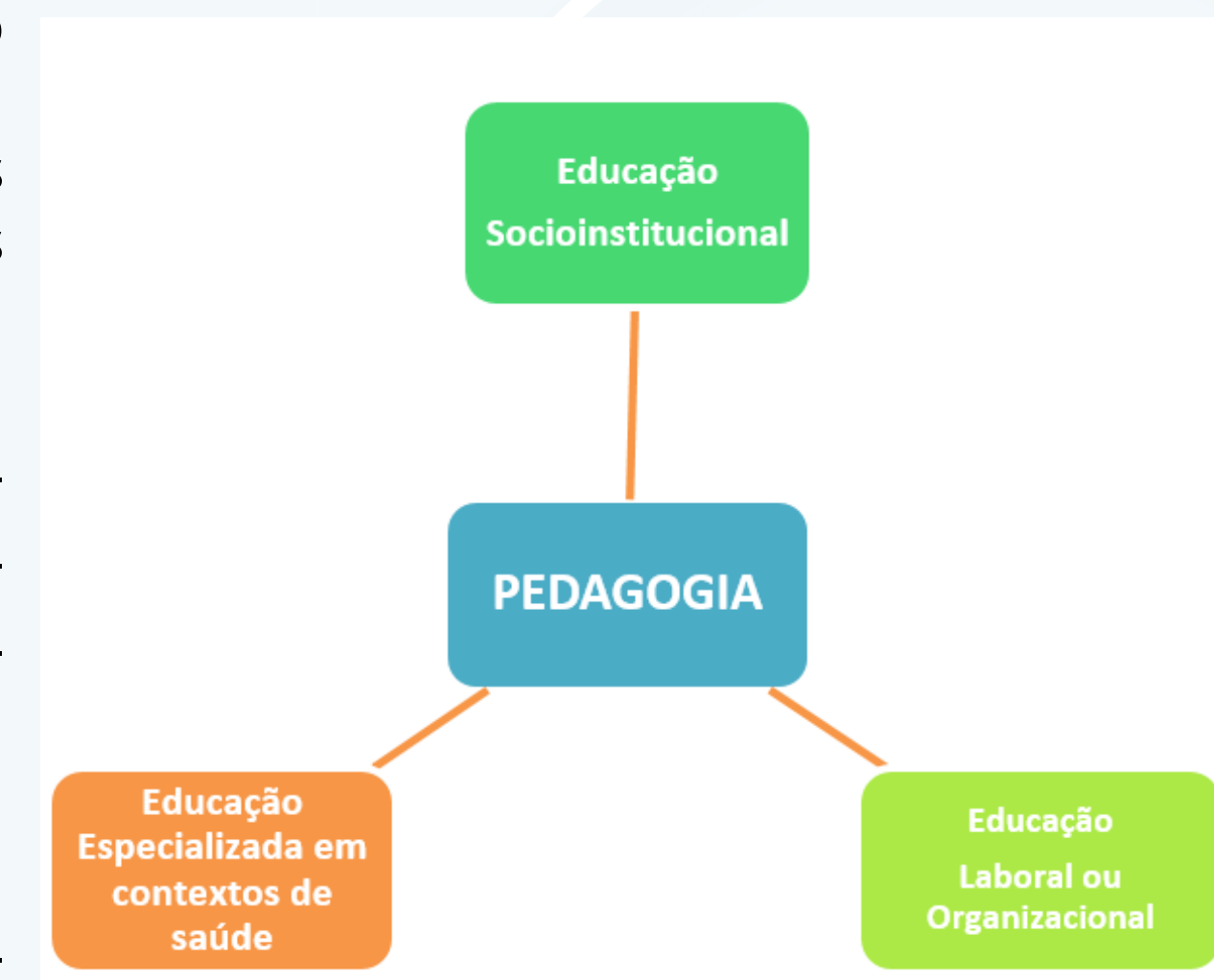
Possibilidades de atuação do pedagogo

Como dito anteriormente, a educação é uma fenômeno social que constitui a vida do homem e da sociedade e, portanto ocorre em todos os espaços. Sendo assim, se há muitas formas de educação, há também muitas pedagogias. Dadas a pluralidade de práticas educativas nos contextos fora da escola, classificá-las tornou-se uma tarefa difícil, pois:

[...] muitas delas não são regulamentadas e/ou não estão na pauta prioritária da pesquisa educacional brasileira, além do fator relacionado ao próprio debate pouco aprofundado e inconcluso sobre a natureza e as variações da ENE como categoria conceitual que serve para designar práticas educativas desenvolvidas fora do marco de organização e funcionamento dos sistemas de ensino (Severo, 2022, p. 5).

Desse modo, e pelos limites de extensão deste e-book, utilizaremos uma classificação tipológica geral, usada por Severo (2022), que contemplam as especificidades das práticas educativas a partir de três vertentes, que são: Educação Socioinstitucional, Educação Laboral ou Organizacional e Educação Especializada em Contextos de Saúde.

A **educação socioinstitucional** se refere a toda atuação e trabalho do pedagogo realizado junto ao indivíduo ou grupo de vulnerabilidade social. Este trabalho se dá, em geral, de modo institucionalizado “cuja gestão se dá via organizações sociais e instâncias dos governos municipal, estadual e federal” (Severo, 2022, p.5). Contudo, podem ocorrer de forma não institucionalizada, em que “os/as pedagogos/as, mesmo se afirmando profissionalmente como tal, se engajam por sensibilidade social, ativismo político e adesão voluntária” (Severo, 2022, p.5).





A partir de sua pesquisa Severo (2022), classificou as ações desenvolvidas pelos pedagogos na educação socioinstitucional da seguinte maneira:

Quadro 3: Ações inscritas na vertente da ação socioinstitucional

- Atuação como técnica superior no SUAS
- Coordenação de creche comunitária
- Coordenação de obra social de “complementação escolar”
- Coordenação educacional de abrigos para crianças e adolescentes em situação de rua
- Educação social para promoção do protagonismo juvenil
- Coordenação pedagógica em centro cultural
- Orientação pedagógica a educadores do Sistema de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes
- Coordenação de formação em partido político
- Exercício pedagógico no CREAS
- Assessoria pedagógica no SUSIPE – PA
- Atividades socioeducativas e culturais com crianças e adolescentes atendidos por ONGs
- Acompanhamento familiar de crianças atendidas por ONGs
- Acompanhamento de egressos do Sistema Prisional e de pessoas que cumprem pena alternativa.
- Coordenação de equipe de educadores e ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Acompanhamento educativo de usuários de programas de transferência de renda dos governos federal e estadual
- Criação de cursos populares (ECA, Conselhos Tutelares, etc.)
- Gestão de brinquedoteca popular
- Oficinas profissionalizantes para crianças e adolescentes em situação de rua
- Assessoria pedagógica a pastorais religiosas
- Alfabetização de trabalhadores da construção civil
- Elaboração e adaptação de materiais didáticos para atividades em ONGs
- Atendimento a adolescentes em conflito com a lei no setor psicossocial da Vara da Infância e Adolescência
- Articulação inter-setorial com foco na transformação pessoal, local e social



Para conhecer práticas educativas em espaços socioinstitucionais assista aos vídeos:



Vídeo 1: Pedagogia em Espaços não Escolares



Vídeo 2: Atuação do Pedagogo na Assistência Social
- Entrevista com Reinaldo Wagner

A **educação em espaços laborais e/ou organizacionais** se referem às ações do pedagogo que objetivam capacitar os trabalhadores conforme as demandas e necessidades decorrentes do seu tipo de trabalho. Nesse sentido, a ação do pedagogo atende aos objetivos e finalidades da instituição,

[...] no atual contexto do desenvolvimento capitalista, os ideais de produtividade e competitividade impregnam à educação laboral um sentido de, em alguns casos, instrumentalização e normalização do sujeito ao ambiente e funções de trabalho, remetendo às concepções pedagógicas mais conservadoras e tecnicistas (Severo, 2022, p.6).



O pedagogo no contexto das organizações atua tanto na instrução direta dos trabalhadores, como na gestão e coordenação de equipes. Desse modo,

O enfoque pedagógico compreende, assim, a organização de práticas que objetivam tanto a instrução direta quanto a mediação pedagógica para potencialização da inserção e adaptação do/a trabalhador/a no contexto de trabalho, da mudança ou incentivo a hábitos de cultura organizacional, da integração de pessoas e setores da organização, do bem-estar pessoal e coletivo e da manutenção de um clima motivador que satisfaça às necessidades e expectativas da organização, face às suas finalidades institucionais, e das próprias pessoas que a compõe (Severo, 2022, p.7).

A atuação do pedagogo nas organizações é plural, contudo, mais ajustada aos ideias da própria instituição.

Nos **contextos de saúde** as práticas educativas desenvolvidas pelo pedagogo estão relacionadas a docência e também, “processos específicos de gestão e pesquisa de situações educativas cujas finalidades consistem em conceber, estruturar, coordenar e monitorar estratégias de promoção da saúde ou de apoio pedagógico a instituições e projetos que se dedicam a esse fim” (Severo, 2022, p.8).



O quadro abaixo explicita as ações desenvolvidas pelos pedagogos no contextos de saúde.

Quadro 4: Ações inscritas na vertente da Educação Especializada em Contextos de Saúde.

• - Apoio pedagógico em comunidades terapêuticas • - Monitoria de recreação em unidade de oncologia pediátrica • - Acompanhamento pedagógico-terapêutico em • saúde mental • - Apoio ao MEC no Rio Grande do Sul para a formação de médicos no Programa Mais Médicos	• - Produção de material didático para informação em saúde • - Assistência pedagógica a equipes multidisciplinares em saúde • - Co-gestão de formação continuada e permanente de profissionais da saúde • - Classe hospitalar
--	---

Fonte: Severo (2022, p.7).

As práticas apontadas a partir da pesquisa de Severo (2022) constituem-se como exemplos das ações desempenhadas pelo pedagogo no contexto de saúde. Tais ações podem variar conforme a realidade e as especificidades de cada espaço educativo.



Palavras finais

Existem muitas possibilidades de atuação do pedagogo considerando a educação não escolar. Contudo, nem sempre estes espaços estão tão claros e definidos. Na verdade, trata-se de certa dificuldade em classificá-los, dada sua realidade que é múltipla. É certo que a educação não escolar é um campo em aberto que requer estudos, pesquisas e construção teórica.

Assim, este material objetivou provocá-los a expandir seu horizonte acerca da educação e também da própria pedagogia, perspectivando a atuação do pedagogo nos mais distintos contextos da sociedade em que se dão as práticas educativas. A proposta não esgota a temática, ao contrário, ela é apenas um vislumbre da ponta do iceberg; há muito para se estudar, pesquisar e conhecer sobre a pedagogia nos espaços não escolares.



Referências:

BERNET, Jaume Trilla et al. **La educación fuera de la escuela**: ámbitos no formales y educación social. Barcelona: editorial Ariel, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.ec/books?id=L9vuH5qYFxDsC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 07 set. 2024.

CATINI, Carolina. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147222980> Acesso em: 28 ago. 2024.

CERQUEIRA, Dagmar Dias; GONZALEZ, Wânia Regina Coutinho. Trajetórias e reflexões sobre educação não formal. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 23, p. 377-404, set./dez., 2016.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal.

GAZETA DO POVO. Educação e Mídia. Aprendizagem informal como tendência no ensino formal, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/educacao-e-midia/aprendizagem-informal-como-tendencia-no-ensino-formal/> Acesso em: 10 set. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn Acesso em: 30 ago 2024.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos pra quê?

LIBÂNEO, José Carlos. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 16, n. 1/2, p. 67-90, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/55234> Acesso em: 2 set. 2024.



LUSANAV. Blog Hiperespaço de Aprendizagem, 2013. Disponível em: <https://lusanav.wordpress.com/2013/06/25/a-educacao-informal-para-a-coaprendizagem-nos-hiperespacos-de-aprendizagem/> Acesso em: 02 set. 2024.

SEVERO; José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. Rev. Bras. Estud. Pedagog. (online), Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/345513545> Acesso em: 03 set. 2024.

SEVERO; José Leonardo Rolim de Lima. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, p.1-24, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21278>. Acesso em: 03 set. 2024.

SEVERO; José Leonardo Rolim de Lima. O trabalho pedagógico na perspectiva de pedagogas/os que atuam na educação não escolar. **Acta Sci. Educ**, Maringá, v. 44, p.1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.48662> Acesso em: 10 set. 2024.